

Rede de Centros de Recursos em Conhecimento: uma experiência de partilha de recursos em conhecimento

Ana Amaral, Francelino Nunes

Instituto para a Qualidade na Formação

Av. Almirante Reis, 72

1150-020 Lisboa

Tel: 218107000

E-mail: ana.amaral@iqf.gov.pt; francelino.nunes@iqf.gov.pt

RESUMO

O objectivo deste trabalho é analisar o processo de criação e desenvolvimento da Rede de Centros de Recursos em Conhecimento (RCRC), enquanto projecto inovador de cooperação no sector da formação profissional.

A metodologia seguida consistiu, em primeiro lugar, na caracterização dos Centros de recursos em Conhecimento (CRC) e o seu papel na Sociedade da Informação, enquanto células de uma entidade mais vasta que é a RCRC, e em segundo lugar, a criação e desenvolvimento da Rede e dos seus instrumentos de cooperação, nomeadamente, o CRC Virtual, a Base FORMEI, os Grupos de Trabalho e os Encontros da Rede. Por fim, uma reflexão sobre os aspectos positivos e negativos verificados no decurso do projecto.

A questão fulcral a que nos propomos responder é a de saber em que medida diferentes infra-estruturas que actuam no mesmo sector de actividade podem cooperar e partilhar recursos e serviços, tendo em vista a satisfação das necessidades dos públicos-alvo, entendidos como “os teus clientes meus clientes são”.

PALAVRAS-CHAVE: Inovação, CRC, catálogo colectivo, trabalho em rede

INTRODUÇÃO

O conhecimento constitui, hoje, um recurso estratégico fundamental para as organizações que pretendem inovar nos produtos e serviços que disponibilizam aos seus clientes. Importa, assim, valorizar o saber das pessoas e das equipas que as compõem, partilhando-o com as comunidades onde essas organizações estão inseridas.

É neste âmbito que se iniciou, em 1999, o Projecto “Centro de Recursos em Conhecimento”, da iniciativa do ex-INOFOR – actual Instituto para a Qualidade na Formação, apoiado, financeiramente, pelo Programa de Assistência Técnica do FSE, visando a criação ou actualização de estruturas que proporcionassem um amplo e eficaz acesso à informação e ao conhecimento, contribuindo para apoiar a educação e formação profissional, em áreas diversificadas da economia e a sua integração numa Rede, aproveitando as novas oportunidades proporcionadas pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação.

Como irá ser apresentada de seguida, a criação destes CRC e a sua integração em Rede, enquadra-se numa estratégia inovadora de dois serviços públicos, no que concerne à partilha de informação e conhecimento e também à capacidade de atrair o sector privado e outras instituições públicas para um projecto que podemos classificar de bem sucedido.

OS CENTROS DE RECURSOS EM CONHECIMENTO (CRC) NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

O avanço da economia digital, que é global, favorece os bens intangíveis como as ideias, a informação e a interacção e é intensamente interligada aponta no sentido do crescimento da importância do conhecimento nas organizações, se quiserem manter-se competitivas e inovadoras, como forma de afirmação nos mercados cada vez mais globalizados.

A resposta a esta realidade dinâmica passa, entre outras, pela existência de infra-estruturas que aproximem e facilitem o acesso aos recursos adequados às necessidades dos cidadãos e das empresas, tendo em vista o reforço das competências dos profissionais e a competitividade da economia.

Neste contexto, os CRC posicionam-se, na Sociedade da Informação e do Conhecimento, como elementos de charneira entre “os centros de produção de saber, designadamente as universidades e os centros de investigação e desenvolvimento (I&D); as redes de disseminação desse conhecimento, enquanto infra-estruturas que garantem a acessibilidade ao conhecimento, particularmente as redes de dinamização e apoio aos profissionais de formação e os centros de utilização e aplicação do conhecimento, nomeadamente entidades formadoras e escolas”[1].

Caracterização de um CRC

Um CRC é uma infra-estrutura organizacional que integra diferentes valências, nomeadamente, biblioteca, mediateca, centro de multimédia, centro de documentação ou outras, de acordo com os interesses e necessidades informativas e formativas dos seus utilizadores, e que:

- tem capacidade para desenvolver produtos e serviços necessários à entidade

onde está integrado e também de outras organizações ou profissionais que intervêm no sector de actividade envolvente ao CRC;

- selecciona, recolhe, trata e disponibiliza informação – em suporte impresso e/ou digital - que seja técnica e pedagogicamente útil nas áreas do conhecimento em que o CRC seja especializado;
- acolhe, orienta e apoia os profissionais de formação, e outros, na procura de recursos úteis às actividades que desenvolvem e à sua auto-formação;
- integra uma equipa de colaboradores com competências nas áreas da coordenação; ciências documentais; engenharia da formação e tecnologias da informação e comunicação;
- organiza, com frequência, *workshops* para exploração de novos recursos técnico-pedagógicos e de partilha de boas-práticas.

A REDE DE CENTROS DE RECURSOS EM CONHECIMENTO (RCRC)

Justificação

Atendimento personalizado, rapidez na resposta, acessibilidade, proximidade e aconselhamento, é o que os utilizadores esperam hoje dos Centros de Recursos e Bibliotecas. A impossibilidade destas infra-estruturas responderem, de forma plena, a estas exigências, “obriga” ao estabelecimento de parcerias e à integração em redes de produção e disseminação de conhecimento onde os recursos conjuntos são mais rentabilizados e onde se responde globalmente melhor porque a resposta é dada por quem está mais apto para a dar.

A RCRC surge, neste contexto, como forma de partilha de recursos e serviços entre os seus membros, tendo em vista o apoio aos profissionais de formação e das entidades formadoras no processo de aprofundamento e aquisição de novas competências exigidas na Sociedade da Informação e do Conhecimento, aumentando-se, deste modo, a capacidade de produção de informação distribuída.

Neste âmbito, o Centro de Recursos em Conhecimento do Instituto para a Qualidade na Formação, cuja missão "é responder, em articulação com uma rede de centros de recursos de nova geração, a carências de informação científico e técnica e disponibilizar soluções formativas ajustadas às necessidades dos sectores estratégicos e das entidades utilizadoras, iniciou, em Julho de 1999, em parceria com a Comissão de Coordenação do Fundo Social Europeu este projecto inovador, visando a criação e dinamização de uma Rede de Centros à escala nacional, constituída por um vasto leque de instituições que actuam na área da formação profissional.

Assim, entre 5 de Julho e 20 de Agosto de 1999, decorreu o período para a apresentação de candidaturas, tendo sido seleccionados e financiados 30 projectos apresentados por Centros de Formação, Associações Profissionais, Universidades, Organismos Públicos e outras organizações localizadas em diferentes zonas do País.

O financiamento incidu em áreas consideradas fulcrais para o sucesso dos projectos, designadamente:

encargos com pessoal; encargos com consultoria; funcionamento; rendas, alugueres e amortizações; encargos com aquisição de serviços e encargos com comunicações, publicidade e divulgação.

A execução dos projectos aprovados teve início em Fevereiro de 2000.

Missão e objectivos gerais

A RCRC tem como missão e objectivos gerais :

- contribuir para a construção da Sociedade do Conhecimento;
- desenvolver mecanismos de aproximação entre quem produz e quem utiliza o conhecimento;
- facilitar e melhorar a intervenção dos profissionais de formação, apoiando-os no seu esforço de melhoria contínua e auto-formação;
- disseminar práticas formativas bem sucedidas e recursos técnico-pedagógicos desenvolvidos com apoios comunitários e nacionais;
- apoiar a formação ao longo da vida;
- disponibilizar a informação e os recursos necessários à actividade dos profissionais de formação e entidades formadoras;
- incentivar a partilha de experiências e soluções no âmbito da formação profissional.

Desenvolvimento e crescimento

Desde a sua criação que a RCRC tem atraído para o seu seio diversas entidades representativas e prestigiadas de diferentes sectores económicos e sociais. De salientar, entre outras, a AEP – Associação Empresarial de Portugal e a Escola de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa; a SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação, situadas no Distrito do Porto, a Casa Pia de Lisboa; a APG – Associação Portuguesa dos Gestores e Técnicos de Recursos Humanos; o CECOIA – Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins; a DGVE – Direcção de Formação Vocacional, o IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, no Distrito de Lisboa, a Fundação Alentejo/EPRAL em Évora; Aveiro-Norte/Universidade de Aveiro, a Célula2000, Consultoria para os Negócios, S.A., em Braga.

Tendo em conta que cada uma das entidades parceiras tem um perfil específico, a sua participação na rede é, efectivamente, uma mais valia.

As adesões ocorrem por duas vias distintas:

- recurso ao financiamento no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio III;

- assinatura de Protocolo entre o CRC aderente e o IQF, sem recurso a financiamento.

Actualmente a RCRC é constituída por 59 CRC. Há uma maior cobertura geográfica em Portugal Continental e as Ilhas também se encontram representadas com a criação de um CRC no Funchal e outro em Ponta Delgada [2].

Fruto deste crescimento, a Rede é hoje mais rica com a presença de um leque alargado de sectores económicos e sociais, agrupados em sete grandes domínios de intervenção:

- Desenvolvimento Territorial
- Desenvolvimento Organizacional e Inovação
- Desenvolvimento Pessoal e Recursos Humanos
- Educação, Formação Profissional e Emprego
- Investigação & Desenvolvimento (I&D)
- Investigação Aplicada à Indústria /Serviços de apoio à Indústria
- Outros



Figura 1: Localização dos CRC que integram a Rede

Instrumentos de cooperação

A partilha de informação e recursos, enquanto objectivos fulcrais da Rede, exige a existência de canais de comunicação apropriados. O CRC Virtual, a Base FORMEI, os Grupos de Trabalho constituídos nas áreas da Documentação e Animação da Rede, assim como os Encontros da Rede, são alguns dos instrumentos de cooperação e partilha de informação desenvolvidos pelos CRC.

CRC Virtual

O CRC Virtual funciona como plataforma de cooperação entre os CRC da Rede e também como canal de divulgação de informações, eventos e actividades pertinentes para os públicos-alvo da RCRC.[3]

A actualização e carregamento da informação é da responsabilidade dos membros da Rede. Para o efeito, os coordenadores da CRC têm permissão de acesso aos editores de notícias, eventos e actualização dos elementos caracterizadores do respectivo CRC.



Figura 2: Página inicial do CRC Virtual

Das várias funcionalidades disponíveis no CRC Virtual destacam-se algumas que têm constituído verdadeiros núcleos geradores de partilha de informação e conhecimento:

Rede de centros. Divulgação de documentos específicos dirigidos especialmente aos CRC da Rede

Biblioteca. Disponibilização de informação especializada que se encontra disponível em duas áreas distintas:

- biblioteca digital, constituída por conteúdos digitais em texto integral,
- Base FORMEI com registos bibliográficos nas áreas da formação, emprego, emprego e inovação.

Videojorn@l. Divulgação de notícias relativas às actividades da Rede.

Agenda RCRC. Área de divulgação de eventos e acções de formação organizadas pelos CRC da Rede.

Sugestão de conteúdos. Esta funcionalidade destina-se às entidades formadoras ou profissionais de formação. Aqui, podem sugerir ou partilhar conteúdos, mediante normas e formatos previamente estabelecidos.

Meu CRC. Área exclusiva dos utilizadores registados para gestão de dados pessoais, guarda de pesquisas e obras favoritas.

Grupo de trabalho "Animação da Rede"

A necessidade de envolver os CRC na gestão e dinamização da Rede, levou à constituição, em

2003, deste grupo de trabalho. É coordenado pelo IQF e integra representantes de vários CRC. Tem como objectivo central contribuir para o funcionamento cooperativo da rede, promovendo acções que fomentem o conhecimento dos parceiros. Compete-lhe, ainda, recolher contributos para a elaboração do plano de actividades anual e também desenvolver estratégias de marketing junto dos potenciais utilizadores. Neste âmbito, foram elaborados vários produtos de divulgação da Rede (folhetos, brochuras e posters), com informação relativa a cada um dos CRC da Rede, e aos produtos e serviços que disponibilizam.

Encontros da Rede

Os encontros da Rede nasceram com a própria Rede. O primeiro ocorreu em Fevereiro de 2000. Teve como objectivo o estabelecimento dos primeiros contactos entre os representantes dos 30 CRC seleccionados, assim como a discussão e aprovação de metodologias de trabalho em Rede.

Estes encontros assumiram uma periodicidade anual. Realizam-se, normalmente, no final do mês de Novembro, e contam com uma elevada presença e participação dos membros da Rede. Servem, essencialmente, para fazer o balanço das actividades desenvolvidas por cada um dos CRC e da Rede, no seu todo, durante o ano, e também funciona como fórum de reflexão sobre o desenvolvimento futuro da Rede.

CATÁLOGO BIBLIOGRÁFICO COLECTIVO DA RCRC – BASE FORMEI

Desde o início da construção da Rede se considerou que uma gestão integrada e a partilha dos recursos de informação e do conhecimento da RCRC contribuiria, não só para a rentabilização dos investimentos feitos por cada CRC, como também para uma efectiva melhoria da qualidade do sistema de formação português, surgiu o projecto de constituição de um catálogo colectivo que disponibilizasse a informação sobre os fundos documentais de cada um e facilitasse o acesso a esses fundos através do empréstimo inter-CRC. O IQF dispunha já do Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas HORIZON que permitia uma utilização partilhada extensiva a entidades externas. Como gestor da Rede incentivou os CRC que não dispunham de qualquer software de gestão de bases de dados bibliográficos, a adquirirem licenças deste programa. Isto viria a possibilitar o carregamento online dos registos bibliográficos dos fundos documentais, mantendo-se, assim, uma informação sobre as existências constantemente actualizada e disponível ao público, através do módulo de pesquisa para a Internet deste sistema. Surgiu assim o embrião do Catálogo Colectivo da Rede de Centros de Recursos em Conhecimento, também designada como Base FORMEI (Formação, Educação, Inovação) que incluiu, inicialmente o fundo documental do IQF e de mais quatro CRC que aderiram imediatamente a esta iniciativa.

Actualmente são já 15 os CRC que participam

directamente neste catálogo, no sistema de catalogação online. Da nossa experiência consideramos que esta forma de catalogação tem algumas vantagens, permitindo uma economia de esforços no tratamento documental, pois uma vez introduzido o registo bibliográfico de uma obra, apenas será necessário adicionar o registo de exemplar de cada CRC que detenha a mesma obra, evitando-se, assim, a duplicação de entradas para a mesma obra. Há também maior possibilidade de detecção e correcção de erros, dado que um maior número de técnicos com competências na área das ciências documentais acede directamente à base e, também por isso, é mais fácil obter ajuda em casos de dúvidas quanto ao tratamento de alguma obra mais complexa.

Sendo fundamental que a participação neste catálogo fosse o mais abrangente possível, fez-se o levantamento da situação da Rede face à utilização de sistemas apropriados de gestão de bases de dados bibliográficos, para se estudarem processos de migração de registos. Verificou-se uma diversidade de situações – alguns possuíam sistemas adequados (PORBASE, DOCBASE, BIBLIOBASE, ALEPH); outros dispunham de sistemas próprios não compatíveis com a formatação UNIMARC; outros ainda não dispunham de qualquer sistema.

O gráfico abaixo apresentado sintetiza os resultados desse levantamento, ressaltando-se o facto de 74% dos CRC disporem já de sistemas adequados que permitiriam a migração dos seus registos bibliográficos.

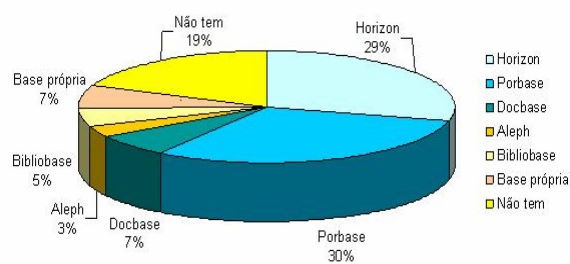


Figura : RCRC - Sistemas de gestão de bases de dados bibliográficos

Foram feitas experiências de migração de registos, dos sistemas DOCBASE, PORBASE, BIBLIOBASE e ALEPH, mas verificou-se que, embora estruturados de acordo com o formato UNIMARC, as especificidades de cada um daqueles sistemas determinou, só por si, um número grande de erros de importação. Além disso detectaram-se também deficiências no tratamento documental, nomeadamente na catalogação. Mas os principais problemas surgiram na integração das autoridades, quer de pessoas quer de instituições, e a compatibilização das autoridades de assunto.

Esta forma de participação implica, pois, um apreciável aumento do trabalho de correcção e controlo de qualidade, porque, não havendo acesso à base por parte dos CRC que migram os registos, essa tarefa tem cabido, sobretudo, aos técnicos do IQF, que, por sua vez, não têm acesso às obras cujo tratamento levanta dúvidas.

Não obstante estas dificuldades, este catálogo colectivo

integra já os acervos documentais de 18 CRC, nas seguintes áreas temáticas: Formação, Emprego, Educação, Inovação, Higiene e Segurança no Trabalho, Segurança Social, Gestão e Ambiente.

Em 31 de Janeiro de 2007 contava com cerca de 36000 registos bibliográficos, 53200 registos de exemplar e 35749 registos de autoridade.

A base de dados FORMEI encontra-se sediada num servidor do IQF, que é também responsável pelo funcionamento do sistema e inclui referências bibliográficas de monografias, publicações periódicas, documentos audiovisuais e em suporte electrónico. Disponibiliza, igualmente, o acesso directo à versão em texto integral de cerca de 200 documentos que se encontram digitalizados, em formato PDF e HTML. [4]

GRUPO DE TRABALHO DA DOCUMENTAÇÃO

A constatação dos problemas decorrentes das diferentes práticas de catalogação e indexação dos CRC que aderiram ao catálogo colectivo, determinou a necessidade de se procurar uniformizar os procedimentos no tratamento documental, para se garantir a coerência desta base de dados bibliográficos. Assim surgiu, em início de 2004, o Grupo de Trabalho de Documentação (GTD), o primeiro a ser criado no âmbito da Rede.

Constituído, fundamentalmente, por técnicos com formação superior em Ciências Documentais, mas agregando também técnicos profissionais com larga experiência, a sua missão foi procurar criar instrumentos que contribuíssem para a uniformização de práticas que garantissem a qualidade da base.

Os primeiros projectos do Grupo foram a revisão do documento *FORMEI – Princípios e Recomendações para a Cooperação*; a compilação de uma linguagem documental para ser usada na indexação dos documentos e a realização de *Workshops* e outras acções de formação dirigidas a deficiências específicas identificadas na controlo do catálogo e, também, a aspectos de utilização do próprio sistema HORIZON.

FORMEI – PRINCÍPIOS E RECOMENDAÇÕES PARA A COOPERAÇÃO [5]

Pensado inicialmente como manual de apoio para os CRC que possuíam o sistema HORIZON, acabou por ser alargado a todos os que tencionavam aderir ao catálogo colectivo.

Este documento contém princípios e recomendações destinadas a precisar os instrumentos normativos que devem ser utilizados, definir a política de tratamento documental a ser adoptada na base cooperativa FORMEI, ilustrando a sua aplicação com um conjunto de exemplos orientadores e esclarecendo algumas especificidades de natureza técnica decorrentes do sistema de gestão de bases de dados HORIZON.

É um documento aberto que será revisto sempre que se tornar necessário no sentido de o tornar um instrumento de efectivo apoio a todos os que são incumbidos da tarefa de tratamento documental.

Numa primeira parte são indicados os princípios de orientação geral para a descrição bibliográfica, como

sejam o nível de descrição bibliográfica; um resumo das zonas constantes da ISBD(M); a constituição de entradas de autoridade; passos a seguir na análise de conteúdo e sua tradução numa linguagem documental; classificações aconselhadas e orientação sobre a construção de um sistema de cotação.

Na segunda parte incluem-se os princípios a observar na inclusão de novos registos, quer bibliográficos, quer de autoridade, na base FORMEI, ou na modificação de registos já existentes; regras de pontuação; utilização de caracteres extra-teclado e de caracteres especiais. Seguem-se definições comuns relativas aos registos bibliográficos, com indicação dos campos UNIMARC obrigatórios e facultativos para cada tipo de documento e ainda, sobre a constituição de registos de exemplar.

O documento inclui uma extensa bibliografia dos documentos normativos, nacionais e internacionais, para a descrição bibliográfica e, como anexos, apresentam-se exemplos ilustrativos de registos das diversas tipologias de documentos e outros instrumentos de uso comum como sejam as listas de códigos de língua, de países, de funções e de abreviaturas e ainda o formato UNIMARC abreviado.

THESAURUS FORMEI

A principal preocupação do GTD foi a uniformização e coerência da indexação por assunto, ponto fundamental de acesso aos documentos. A grande variedade temática dos fundos documentais dos CRC e a diversidade de situações relativamente à formação em técnicas documentais dos recursos humanos de que os CRC dispunham para esta tarefa, constituíam um entrave à qualidade mínima deste aspecto do tratamento documental. Em alguns CRC havia técnicos com formação específica, apenas dedicados a esta tarefa, noutros havia técnicos profissionais com alguns conhecimentos, noutros, nem isso.

Quanto aos instrumentos utilizados para a indexação as situações também eram muito diversas. A Linguagem das Questões Sociais foi desde o início estabelecido como o instrumento base, mas cedo se percebeu que era bastante limitado para algumas temáticas. Além disso, alguns CRC, devido à sua participação noutras redes, tinham obrigatoriamente que utilizar alguns *thesauri* específicos como o TEE ou o *Thesaurus* da OIT. Fez-se, então, um levantamento dos instrumentos que estavam a ser mais utilizados e concluiu-se que, para além dos já mencionados, se recorria, em alguns casos, aos *thesauri* EUROVOC e CEDEFOP, a listas terminológicas baseadas nas LCSH e a linguagem natural, sem qualquer controlo, sendo este último caso, o mais preocupante, dada a ausência de *thesauri* temáticos em língua portuguesa.

Face a esta situação e ponderadas diversas alternativas, o Grupo considerou que a opção mais acertada seria a construção de uma linguagem de indexação própria para a base FORMEI, compilada a partir dos diversos *thesauri* em uso, ou doutros existentes em língua portuguesa, nas áreas específicas de cada um deles, recorrendo-se ao EUROVOC para os temas transversais

ou para termos não existentes nos outros. A criação de descritores não contemplados em qualquer das fontes adoptadas, passaria pela observação das regras contidas nas orientações da IFLA para a construção de *thesauri* e no SIPORbase.

A principal razão para esta decisão tem a ver com a facilidade de se poder actualizar esta linguagem com a frequência necessária, baseando-se essa actualização em regras que permitam a selecção de termos descritores provenientes de outras linguagens de indexação e a criação de outros termos que se revelem necessários à correcta descrição do conteúdos dos fundos documentais dos diversos CRC, mantendo-se a coerência do conjunto.

Esta linguagem, provisoriamente designada como *Thesaurus FORMEI*, procurará espelhar as especificidades de cada CRC cooperante, de forma a constituir um vocabulário comum e será complementada por uma política de indexação que, conciliando as diferentes práticas de indexação, garanta a coerência da base FORMEI.

De acordo com a metodologia definida pelo Grupo de Trabalho de Documentação, para a preparação da primeira versão do *thesaurus*, coube, a cada membro do grupo, a tarefa de recolher os descritores correspondentes à área temática mais próxima do fundo documental do CRC a que pertence. A inserção dos termos das diversas áreas na estrutura do *thesaurus* ficou a cargo do IQF.

Seguindo esta metodologia, foram já introduzidos numa base de dados em ACCESS, que servirá de suporte ao *thesaurus*, os termos referentes à Formação Profissional, Emprego, Educação, Segurança Social, Gestão e outros de utilização transversal, nos domínios da Informática e das Ciências Aplicadas e Ciências Humanas e Sociais, num total de 3965 termos.

Esta primeira versão, após aprovação do GTD, será disponibilizada aos CRC, para teste da sua aplicabilidade e para recolha de sugestões de alterações. Simultaneamente o Grupo procurará aprovar os princípios que devem ser contemplados na política de indexação que os CRC participantes na FORMEI, deverão seguir.

ACÇÕES DE FORMAÇÃO

Um dos problemas, que se vai agravando à medida que novos CRC vão aderindo à base FORMEI, no que se refere à qualidade dos registos bibliográficos, resulta da fraca ou nenhuma preparação de muitos dos técnicos que fazem o tratamento documental. No sentido de colmatar esta deficiência tem-se procurado levar a efeito acções de formação, no âmbito da RCRC, tanto no que se refere à catalogação como à indexação.

Além disso, procura-se fomentar a interacção entre todos os técnicos ligados à documentação, promovendo-se, anualmente, pelo menos duas reuniões dedicadas a temáticas específicas, que são momentos onde se privilegiam as trocas de informações e de experiências, onde se colocam dúvidas, quer quanto ao tratamento documental quer quanto a especificidades do próprio sistema HORIZON. Estas sessões têm a designação

genérica de *Workshops* da Rede CRC “FORMEI – Desafio à Cooperação e Partilha de Conteúdos” e destacam-se os dedicados à apresentação dos documento *FORMEI – Princípios e Recomendações para a Cooperação*, à problemática da constituição de registos de autoridade e à catalogação de periódicos e uso do respectivo módulo do sistema Horizon.

CONCLUSÃO

Fazendo agora um balanço dos seis anos de desenvolvimento deste projecto encontramos muitos aspectos positivos neste tipo de parceria, mas também algumas dificuldades que precisamos ultrapassar.

Como factores positivos consideramos:

- Criação ou melhoria de infra-estruturas de suporte à formação profissional em zonas do País mais carenciadas;
- Melhoria das comunicações telefónicas e de acesso à Internet;
- Reforço e actualização dos acervos documentais em suporte físico e digital;
- Criação de instrumentos de cooperação (CRC Virtual, Base FORMEI)
- Criação de grupos de trabalho (GTD, e-learning, dinamização da Rede)
- Cooperação regional e sectorial, entre CRC
- Realização de acções de formação visando colmatar a ausência ou insuficiência de preparação profissional
- Realização periódica de encontros para aprofundamento de conhecimentos em áreas específicas do conhecimento

Entre as dificuldades *encontradas* e que é preciso ultrapassar estão:

- Rotatividade dos RH afectos às equipas dos CRC, *prejudicando o normal desenvolvimento do projecto*;
- Falta de competências residentes, nas áreas documentais e tecnológicas
- Baixa participação nos instrumentos de cooperação (CRC Virtual e FORMEI);
- Grande percentagem da documentação adquirida não está tratada e não disponível para consulta.

Por fim, e em jeito de balanço global, deve ser referido que se trata um projecto inovador, ainda em construção, que se mantém actual, mas que exige da parte de todos os intervenientes, instituições e profissionais, vontade de partilhar conhecimentos, recursos e saberes, porque isoladamente ninguém sobrevive na era da globalização. Deve ser salientado o facto de que a “Dinamização da Rede de Centros de Recursos em Conhecimento, alargando a sua cobertura sectorial e territorial e estimulando a difusão do conhecimento nas entidades formadoras, no sentido da introdução de qualidade e inovação no sistema de formação” está prevista na Medida “Estimular a formação profissional, a certificação e a I&D em Tecnologias de Informação e

Comunicação” do Plano Tecnológico para o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, embora, no âmbito da reestruturação da Administração Pública, esteja prevista a extinção do IQF.

NOTAS

1. COVITA, Horácio – Centro de Recursos em Conhecimento. Lisboa: Instituto para a Qualidade na Formação, 1999. p. 6.
2. A lista completa com a identificação e localização dos CRC que integram a Rede encontra-se disponível em
WWW:<URL:http://www.inofor.pt/crcvirtual/crc_virtual_net/contactos/contactos_total.asp
3. Disponível em
WWW:<URL:http://www.crcvirtual.org. O acesso é livre e gratuito, necessita apenas de um registo prévio.
4. Catálogo acessível em
WWW:<URL:http://www.ipac.iqf.gov.pt.
5. FORMEI: princípios e recomendações para a cooperação. Lisboa: Inofor, 2004. Texto policopiado.